

26

ALGUNS DADOS SOBRE RAMÓN TAMAMES:

Economista espanhol, de seu nome completo Ramón Tamames Gomez, nasceu em Madrid em 1 de Novembro de 1933.

Doutor em Direito e em Ciências Económicas, catedrático de Estrutura Económica em Málaga (Universidade de Granada), depois catedrático da Universidade Autónoma de Madrid.

Consultor económico na América Latina, funcionário público em Espanha e em missões no estrangeiro, com sucessivas viagens à URSS, aos EUA e ao Extremo Oriente, foi nomeado, em Outubro de 1971, director do Departamento de Estrutura e Instituições Económicas, em Madrid.

Em 1977 foi eleito deputado ao Congresso nas Cortes Constituintes de Espanha, tendo sido reeleito em 1979, ano em que se tornou também vice-presidente da Câmara Municipal de Madrid.

Autor de uma bibliografia importantíssima, com livros traduzidos em alemão, francês, inglês, italiano e português, destacamos da sua obra: *Estructura Económica de España*, *Introducción a la Economía Española*, *Fundamentos de Estructura Económica*, *Estructura Económica Internacional* (cuja tradução portuguesa, em 3.ª edição, está publicada nesta colecção), *Formación y Desarrollo del Mercado Común Europeo*, *O Brasil e a Integração Económica da América Latina*, *El Socialismo Inevitable*, *La Oligarquía Financiera Española*, além de *Ecología y Desarrollo*, de que o presente livro é a tradução.

RAMÓN TAMAMES

CRÍTICA
DOS LIMITES
DO CRESCIMENTO

ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Prefácio e tradução de

JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO,
Professor do Instituto Superior de Economia de Lisboa

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

LISBOA

1983

CAPÍTULO I

OS ANTECEDENTES DA POLEMICA NOS CLASSICOS E EM MARX

1.1. O optimismo de Smith

Desde as origens da Ciência Económica que o crescimento constitui um tema fundamental. O próprio Adam Smith, na sua *Riqueza das Nações*, apresentou a forma como o rendimento nacional podia crescer mais rapidamente. Para isso preconizou o progresso na divisão do trabalho e, como complemento, a utilização de uma proporção máxima de trabalho produtivo ⁽¹⁾.

Na verdade, Smith não fazia mais do que sistematizar e racionalizar as tendências da economia britânica de então, que anunciavam uma verdadeira mudança revolucionária: a passagem do mercantilismo para uma nova ordem mais flexível, de livre comércio internacional, de supressão dos vestígios feudais e das intervenções estatais no comércio interno. Desta forma ficariam eliminados os obstáculos institucionais que refreavam uma rápida expansão económica, já perfeitamente possível na base da nova tecnologia pós-newtoniana (Revolução Industrial). Assim se abria uma era de optimismo, de confiança na capacidade criadora do homem, de crescimento sem limites, resultado lógico num mundo escassamente povoado e com gran-

⁽¹⁾ A. Smith, *The Wealth of Nations*. A maioria das edições actualmente disponíveis reporta-se à quinta edição inglesa de 1789, a última que, aliás, foi revista por A. Smith. Desta obra existe uma notável tradução portuguesa feita por Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar para a Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981. (N. do T.)

des espaços virgens. Em tão promissora perspectiva, a Inglaterra seria a potência dominante e só paulatinamente iriam surgindo novos focos de industrialização à medida que o maquinismo fosse sendo aplicado nos restantes «países civilizados», o que abarcava pouco mais do que a Europa Ocidental.

No entanto, a afirmação anteriormente feita sobre o «crescimento sem limites» em Smith deve ser matizada. Como recorda W. J. Barber, Smith chegou a advertir que, quando num país qualquer os capitais crescem, os lucros que podem retirar-se da sua aplicação diminuem necessariamente. Gradualmente, torna-se cada vez mais difícil encontrar um método proveitoso para empregar qualquer outro novo capital» (2).

Não obstante, o próprio Barber salienta que esta hipótese, assim enunciada, dum possível estado estacionário parecia a Smith «demasiado remota para merecer uma análise séria» (3). O mesmo, ainda que em muito menor medida, haveria de acontecer a Ricardo, como veremos mais adiante!

Smith não chegou a considerar os dois elementos básicos que depois abonariam a favor de teses mais pessimistas, concretamente a relação recursos/população apresentada por Malthus e a lei dos rendimentos decrescentes de Ricardo. A conjugação dessas duas visões teóricas permitiu a John Stuart Mill referir-se, passados setenta anos, ao estado estacionário! Na realidade, o que Mill fez foi sintetizar a análise dos seus predecessores num mundo mais conflituoso do ponto de vista social, onde as crises industriais já se mostravam em toda a sua evidência.

1.2. O pessimismo de Malthus na sua lei da população

A concepção dos «economistas clássicos» no seu optimismo sobre o futuro foi perturbada primeiramente por Thomas Robert Malthus, que em 1798 publicou a sua obra mais conhecida, cujas origens são muito interessantes. Foi o pai do futuro autor, Daniel Malthus, que lhe pediu para ler o trabalho de William

Godwin intitulado «A Injustiça Política», pelo qual Malthus *senior* sentia grande admiração, pois que na obra se anunciava um futuro no qual «já não haveria um punhado de ricos e uma multidão de pobres... Não existiriam guerras, nem crimes, nem administração da justiça — como é costume chamar-lhe —, nem sequer governo. Tão-pouco existiriam doenças, angústias, melancolias ou ressentimentos». No entanto, apesar de tão belas promessas, ao longo da leitura o ponto de vista de Robert Malthus tornou-se muito diferente do que sustentava o pai, e, precisamente para o convencer de que Mr. Godwin não tinha razão, escreveu o seu célebre «Ensaio sobre o Princípio da População», com um extenso subtítulo alusivo às teses de Mr. Godwin (4).

Concretamente, o que Malthus veio a dizer é que, enquanto a população se desenvolvia em progressão geométrica (crescimento exponencial), a produção de alimentos tendia a crescer em progressão aritmética (crescimento linear), pelo que não podia deixar de acontecer que, num dado momento, os recursos alimentares se tornassem insuficientes e os salários chegassem a situar-se, inclusivamente, abaixo do nível de subsistência. A única forma de evitar essa situação seria o controlo da expansão demográfica através da redução da natalidade.

Neste sentido, Malthus propunha o casamento tardio e a abstinência do matrimónio, mesmo reconhecendo de antemão que tais restrições não iam ter o menor eco «entre os elementos masculinos da sociedade». Por isso, de certo modo acabava por circunscrever as suas esperanças ao que ele próprio chamou as «limitações positivas» — fomes, epidemias, pestes e guerras —, que efectivamente contribuíram para a manutenção de um muito alto nível de mortalidade, o que, por consequência, tornou possível uma certa estabilidade da população.

Desta forma, Malthus veio a marcar o início de uma corrente pessimista em confronto com a pujança do capitalismo industrial crescente.

Desde então, houve sempre malthusianos que tentaram travar — pelo menos no campo dialéctico — o crescimento sem limites.

(4) O título completo desta obra é *An Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, Mr. Condorcet and other writers*. Existe uma edição recente da Penguin Books, Londres, 1970.

(2) W. J. Barber, *History of Economic Thought*, Penguin, Londres, 1968, p. 43. (Desta obra existe uma tradução portuguesa: *História do Pensamento Económico*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1979.) (N. do T.)

(3) *Ibidem*, p. 45.

Os antagonistas de Malthus possuíram e possuem uma força indubitável. Numa aparente contradição, na frente antimalthusiana confluíram católicos e marxistas. Os primeiros por razões religiosas de oposição ao controlo da natalidade, com base na mensagem do Antigo Testamento (5).

1.3. A crítica de Marx a Malthus

Pela sua parte, os marxistas, a partir do próprio Marx, entenderam que a tese de Malthus não fazia outra coisa senão desculpar os proprietários e acusar as suas vítimas, os pretensos «operários prolíferos». Segundo Marx, a realidade era completamente diferente; a miséria não é consequência de um número excessivo de habitantes, mas da persistência do modo de produção capitalista, quer dizer, do regime de propriedade privada com todas as suas sequelas. Mais concretamente, na teoria da mais-valia, Marx não teve dúvidas em afirmar «que o ódio das classes trabalhadoras contra Malthus — o pároco charlatão, como brutalmente lhe chamou Cobbet — se justificava plenamente. O povo tinha razão quando sentia instintivamente que enfrentava não um homem de ciência mas um advogado comprado, um defensor representante dos seus ini-

(5) Que se reflete claramente no Génesis (1, 27 e 28): «Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher. Abençoando-os, Deus disse-lhes: 'Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem na terra.'» Na realidade, o crescimento da população constitui a maior defesa dos povos perseguidos, ameaçados ou escravizados. Também na Bíblia (Êxodo, 1, 6 a 9) isto pode ser claramente apreciado no período de servidão do povo de Israel no Egito: «Depois José morreu, bem como todos os seus irmãos e toda aquela geração. Os israelitas foram fecundos e multiplicaram-se; tornaram-se tão numerosos e tão poderosos que encheram o país. Subiu, então, ao trono do Egito, um novo rei que não conhecera José. E ele disse para o seu povo: 'Reparai, os filhos de Israel constituem um povo mais numeroso que nós. Temos de proceder astuciosamente contra eles, a fim de impedirmos que se desenvolvam ainda mais e, no caso de sobrevir uma guerra, se aliem aos nossos inimigos para nos destruírem, saindo depois desta terra.'» (Os trechos da Bíblia aqui citados foram retirados da edição portuguesa da Difusora Bíblica, Lisboa, 1964.) (N. do T.)

migos, um impostor desavergonhado a mando das classes dirigentes» (6).

Para entender melhor a posição de Marx nesta questão concreta, é preciso recordar que a sua obra mais importante, *O Capital*, é uma crítica ao modo de produção capitalista, expressão que nunca foi definida de forma clara nem por Marx nem por Engels, e que, tal como foi salientado por Marta Harnecker, «é um conceito que nos permite pensar e conhecer um todo social» (7). Neste sentido, o modo de produção é constituído por uma estrutura global que por sua vez é formada por três estruturas parciais: económica, jurídico-política (leis, Estado, etc.) e ideológica (ideias, costumes). Na estrutura global, uma das estruturas parciais domina sempre as outras duas. Ressalve-se que não é necessariamente a estrutura económica, como com frequência pretendem alguns divulgadores do marxismo, ainda que, a estrutura económica — conjunto das relações de produção e de troca — condicione qual das estruturas parciais irá desempenhar o papel determinante.

Em definitivo, perante o «estado estacionário» dos clássicos, Marx entende que o modo de produção do capitalismo é incompatível com uma tendência evolutiva para o estado estacionário do tipo que, como veremos adiante, preconizava Mill. «O monopólio do capital — dizia Marx — converte-se numa grilheta do modo de produção que cresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto que se torna incompatível com o invólucro capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.» (8)

(6) *Marx and Engels on Malthus*, organizado por Ronald L. Meek, International Publishers (1974), citado por William J. Barber em *History of Economic Thought*, ob. cit., p. 15L.

(7) Em *El Capital: conceptos fundamentales*, Siglo XXI de Espanha, Madrid, 1974 (1.ª edição em Santiago do Chile, Novembro de 1971), p. 15. (Existe uma tradução portuguesa feita a partir da edição chilena, *O Capital: conceitos fundamentais*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1974.) (N. do T.)

(8) Karl Marx, *O Capital*. (Existem em português, como se sabe, diversas versões, integrais ou não, da obra máxima de Marx. A mais conhecida e também a mais completa é certamente a versão brasileira, feita a partir da quarta edição alemã de 1890 e que é da responsabilidade da Editora Civilização Brasileira S. A., de 1968.) (N. do T.)

Para Marx, o modo de produção capitalista implicava, além do mais, que cada trabalhador se visse aprisionado por uma actividade específica alienante da qual não se podia sair socialmente senão através da mudança do próprio modo de produção no seu conjunto. Numa passagem conhecida, Marx ilustra o que nessa perspectiva se poderia estabelecer, como hipótese, na passagem do capitalismo para o comunismo: «... Quando se distribui o trabalho [no capitalismo], a cada homem corresponde uma esfera de actividade particular e exclusiva, uma esfera que lhe é imposta e da qual não pode escapar. É caçador, pescador, pastor ou crítico e há-de sê-lo sempre se não quiser perder os seus meios de vida ou de subsistência; pelo contrário, na sociedade comunista, onde nada está limitado a uma esfera exclusiva de actividade, o homem pode realizar a sua personalidade na esfera que mais lhe agrade, a sociedade regula a produção global e permite-lhe fazer hoje uma coisa e amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, criar gado ao entardecer, dedicar-se à crítica depois do jantar, sem ter de se converter em caçador, pescador, pastor ou crítico.»⁽⁹⁾ Esta vida multifacetada, livremente escolhida, converte-se num ideal semelhante ao vislumbrado pelos críticos da actual sociedade consumista. Para Marx, por conseguinte, a única alternativa ao «estado estacionário» não podia ser outra senão a mudança revolucionária em direcção ao socialismo, ao comunismo.

Pelo facto de Marx ter atacado a fundo as teses de Malthus, isso não significa que não se tenha preocupado, tal como Engels, pelos problemas do meio humano. Pelo contrário — e para além de outras manifestações a que nos referiremos em 10.5 —, os fundadores do marxismo debruçaram-se sobre uma série de questões respeitantes ao meio ambiente com observações que ainda hoje conservam toda a sua frescura e completa virtualidade. Engels, em 1845, pôs em relevo, com toda a crueza, as consequências mais negativas da Revolução Industrial, especialmente no que se refere à crescente deterioração do meio urbano. As referências que faz aos bairros operários de Manchester são bem expressivas: «... as cottages são velhas,

(9) Do capítulo «Relação do homem com o trabalho, do homem com o homem e do homem com o Estado», na antologia de Marx intitulada *Teoria Económica*, organização e selecção de Robert Freedman, versão espanhola, Ediciones Península, Barcelona, 1968, p. 294.

sujas e pequenas; as ruas são muito inclinadas, em parte sem pavimento e sem esgotos; no meio de charcos estagnados e por todo o lado se encontra uma enorme quantidade de imundícies, desperdícios e detritos; o ar está empestado por causa das emanações e surge obscurecido e viciado pelo fumo de dezenas de chaminés de fábricas.»⁽¹⁰⁾

No entanto, F. Engels não se limitou a uma simples descrição de casos concretos e conseguiu generalizar as suas observações urbanas iniciais a todo o meio ambiente: «Tanto perante a Natureza como perante a sociedade — advertiu —, nas formas de produção actual, só são considerados com atenção os resultados mais imediatos, mais tangíveis; depois admiramo-nos de que as consequências ulteriores sejam muito diferentes das previstas e, muito frequentemente, radicalmente opostas.»⁽¹¹⁾ A prazo, segundo o próprio Engels, ninguém se devia vangloriar demasiado com as vitórias sobre a Natureza, «porque esta, por cada vitória, põe em prática uma vingança sobre nós próprios».

Marx, por sua vez, ainda que um tanto lateralmente, também teve observações atinadas sobre os problemas do ambiente. «As culturas que se desenvolvem desordenadamente e não são dirigidas conscientemente deixam desertos à sua passagem.»⁽¹²⁾ Como também se encontram nele não poucas considerações de interesse sobre o que hoje em dia chamamos desperdício e esbanjamento. As suas alusões ao despejo de resíduos da grande cidade foram verdadeiramente premonitórias: «em Londres — salientava —, a economia capitalista não soube dar melhor destino aos dejectos procedentes de quatro milhões e meio de pessoas que empregá-los, gastando fortunas, na conversão do Tamisa num foco pestilento»⁽¹³⁾.

Além do mais, em *O Capital* encontram-se passagens sobre a possível reciclagem de matérias-primas que exigiam, segundo Marx, uma série de requisitos que ele próprio mencionou cuidadosamente: «trabalho em grande escala; que se aperfeiçoe a

(10) F. Engels, *El problema de la vivencia y las grandes ciudades*, (1845), versão espanhola, Gustavo Gili, Barcelona, 1974, p. 20.

(11) F. Engels, *Dialetique de la Nature*, Editions Sociales, Paris, 1971, p. 183.

(12) Citado por Busch em «The Soviet Response to Environmental Disruption», em Volgyes, *Environmental deterioration in the Soviet Union and Eastern Europe*, Praeger, Nova Iorque, 1974, p. 28.

(13) Karl Marx, *O Capital*, vol. I.

maquinaria, para que as matérias-primas que na sua forma existente não são aproveitáveis possam transformar-se agora, de forma expedita, para a nova produção; que a ciência, muito em especial a química, realize progressos no âmbito dos quais se possam descobrir propriedades úteis dos desperdícios» (14).

1.4. Ricardo e a lei dos rendimentos decrescentes

Entre os clássicos e depois de Adam Smith, a segunda posição importante e clara sobre o crescimento económico vai ser encontrada em David Ricardo (15).

Na sua análise, Ricardo baseava-se fundamentalmente na lei dos rendimentos decrescentes, que para John Stuart Mill passaria a ser a «proposição mais importante da economia política» (16). Na formulação retirada de um estudo recente sobre Ricardo, esta lei, com toda a generalidade, quer dizer que, «ao aumentar as quantidades de um factor variável (capital ou trabalho) que são aplicadas a uma quantidade fixa de outro factor (terra), o aumento da produção total (cereal) que resulta de cada unidade adicional do factor variável (capital ou trabalho) irá eventualmente decrescendo, de modo que com os sucessivos acrescentamentos do factor variável (capital ou trabalho) se conseguirão aumentos decrescentes e cada vez menores do produto (cereal)» (17).

Desta forma, Ricardo partia da hipótese do carácter limitado dos recursos (terra). Portanto, se se quiser obter uma maior produção vão ser necessários contributos sucessivamente maiores de trabalho e capital, o que de modo inevitável teria

(14) *Ibidem*.

(15) São interessantes as apreciações que sobre este tema, referindo-se a Ricardo, são feitas por William J. Barber na *History of Economic Thought*, ob. cit., pp. 65 e seguintes da edição portuguesa. (N. do T.)

(16) Citado por R. H. Hartwell na sua introdução à obra de Ricardo *Principles of Political Economy and Taxation* (baseada na 3.ª edição, Londres, 1821), Penguin, Londres, 1971, p. 17. (A versão portuguesa completa desta obra é de Maria Adelaide Ferreira e foi feita para a Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1976. A edição completa, bem como a fixação definitiva do texto das obras de Ricardo, fica a dever-se a Piero Sraffa e consta de nove volumes intitulados *The Works and Correspondence of David Ricardo*, Cambridge, 1951.) (N. do T.)

(17) R. M. Hartwell, ob. cit., pp. 16 e 17.

de comportar uma maior retribuição do primeiro, no caso de se querer manter a taxa de lucro, única forma, segundo Ricardo, de, em definitivo, assegurar a angariação de novos recursos financeiros.

Deste modo, para Ricardo tornava-se claro que o crescimento a longo prazo conduzia a uma redução progressiva dos salários, que no limite se iriam situar ao nível de subsistência. Por isso, advertia que, «com uma população que pressiona os meios de subsistência, a única solução tem de ser encontrada na redução da população ou numa mais rápida acumulação de capital» (18).

A longo prazo, Ricardo preconizava o controlo da população e, após uma análise prévia parcelar, acabava por generalizar as suas observações de controlo demográfico aos dois pressupostos com que caracterizava os países ricos e pobres. «Os amigos da Humanidade — afirmava — não podem senão desejar que em todos os países as classes trabalhadoras cheguem a auferir as comodidades e as diversões e, portanto, deveriam ser estimuladas por todos os meios legais nos seus esforços para procurar ambas as coisas. Não pode haver melhor garantia contra uma população superabundante.» (19)

A lógica de Ricardo na passagem acima transcrita era contundente: criando novas necessidades de consumo nas classes trabalhadoras («comodidades e diversões»), está-se a contribuir para reduzir o tamanho da família e da população global. Não foi outra a tendência que efectivamente surgiu na evolução demográfica dos países ricos, onde as classes trabalhadoras se «aburguesaram» quanto ao modo de vida, num «efeito demonstração» — dentro do possível, diríamos —, em relação às classes economicamente mais favorecidas. Deste modo, e em geral, o ritmo global do crescimento da população nos países industrializados situa-se actualmente abaixo de 1 % anual, em contraste com os 2 % da média mundial e dos 3 % dos países pobres a que «eufemisticamente», chamamos hoje países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

(18) D. Ricardo, *Principles ...*, ob. cit., p. 121.

(19) Nesta passagem Ricardo deixa implicitamente recomendado que se reduza a população nos países ricos e a acumulação nos pobres, onde todavia ainda existem terras férteis disponíveis.

Ricardo, ao recomendar que se estimulasse o gosto dos pobres pelo consumo, actuava em função das polémicas do seu tempo e do seu país. Na realidade, o que fazia era denunciar como condenáveis todas as chamadas *Poor Laws* — literalmente leis pobres — que foram introduzidas em Inglaterra a partir de 1601 para socorrer os novos tipos de miséria que começavam a aparecer numa sociedade mais urbanizada, na qual a ordem medieval (com o seu princípio um tanto eufemístico da caridade) se diluía progressivamente.

No tempo em que Ricardo escrevia os seus *Princípios*, a regulamentação vigente quanto aos pobres era o chamado «Speenhamland System». Introduzido pelos juizes do condado inglês do mesmo nome, a mecânica consistia em que os salários situados abaixo do que consideravam um mínimo absoluto devia ser completado pela paróquia, de acordo com o preço do pão e o número de membros pelos quais era responsável cada chefe de família.

O exemplo de Speenhamland foi seguido noutras áreas de Inglaterra e em 1796 foi consagrado pelo Parlamento⁽²⁰⁾. David Ricardo arremeteu contra essas leis dos pobres, pondo em relevo que «é uma verdade que não sofre contestação que as comodidades e o bem-estar do pobre não podem ser permanentemente assegurados sem alguma colaboração da sua parte, ou sem algum esforço por parte do Parlamento, para regular o aumento do seu número e para tornar menos frequente entre eles os casamentos prematuros e imprevistos. O funcionamento do sistema das leis dos pobres traduziu-se exactamente no contrário. Tornou supérflua a moderação e convidou à imprudência, ao oferecer ao pobre uma parte dos salários de quem, isso sim, é prudente e trabalhador»⁽²¹⁾.

Ricardo indicava, para terminar a sua argumentação, que esta beneficência tinha sido suportável numa fase de crescimento. «No entanto, se o progresso tivesse sido mais lento, se tivéssemos alcançado o estado estacionário, do qual todavia creio que estamos muito distantes, então a natureza perniciosa

⁽²⁰⁾ Para melhor compreensão do tema pode ver-se o desenvolvimento e interessante artigo «Poor Law», da *Encyclopaedia Britannica*, vol. 18, pp. 226 a 232 (edição de 1969), que contém numerosas referências bibliográficas.

⁽²¹⁾ D. Ricardo, *ob. cit.*, p. 127.

destas leis ter-se-ia tornado ainda mais manifesta e eloquente e, então, a sua renovação também seria obstruída por muitas dificuldades adicionais.»⁽²²⁾

1.5. A síntese dos clássicos: J. S. Mill e o estado estacionário

Passemos agora ao que poderíamos chamar a síntese final da Escola Clássica em torno do tema dos possíveis limites do crescimento. Refiro-me a John Stuart Mill, que nos seus *Principles of Political Economy*⁽²³⁾, e concretamente no capítulo VI, foi quem se ocupou de modo mais profundo da questão do estado estacionário. Um conceito que como se poderá ver posteriormente, havia de ressurgir na literatura económica dos anos 30 do nosso século com Alvin Hansen, ainda que em circunstâncias muito diferentes das que imperavam no tempo de Mill, quando o crescimento progressivo vivido pelos economistas clássicos já se via em sérias dificuldades por causa de todos os elementos desencadeados na crise que, em 1929, abriu um período a que depois se chamaria a Grande Depressão.

Nesse termo (estado estacionário) radica precisamente a grandeza da concepção e das perspectivas de Mill: soube antecipar-se. Quer dizer, não formulou a teoria do estado estacionário sob a pressão de uma crise geral já existente no sistema, foi capaz de a conceber como qualquer coisa de lógico e inevitável no final de uma longa fase de crescimento. «Para que ponto tende a sociedade — era o que ele se perguntava — com o progresso industrial? Quando o progresso cessar, em que condições podemos esperar que fique a Humanidade?»⁽²⁴⁾

Mill é categórico, já que fixa como ponto de partida para toda a sua argumentação o princípio de que o crescimento da riqueza não pode deixar de ter limites. Para ele, era completamente seguro que no final do estado de progresso se atingiria o estado estacionário, por muito que isso custasse a aceitar

⁽²²⁾ *Ibidem*, p. 129.

⁽²³⁾ A primeira edição dos *Principles* data de 1848. Para este trabalho utilizámos a versão organizada por Donald Winch para a *Pelican Classics*, Penguin, Londres, 1970, que se baseia na última edição de Mill, de 1871.

⁽²⁴⁾ J. S. Mill, *Principles*, *ob. cit.*, p. 111.

àqueles que então identificavam tudo o que era economicamente desejável com o estado de progresso.

Mill reconheceu em Malthus o precursor que fez uma séria advertência sobre o problema da expansão sem limites, que com o tempo podia chegar a exceder o próprio crescimento do capital, de forma que, inclusivamente, em pleno estado de progresso, a condição dos mais pobres desceria ao ponto mais baixo.

No entanto, em comparação com Malthus, em Mill a argumentação foi enriquecida de modo notável. Já não se trata apenas de um problema de subsistência. Mill é o primeiro a ter em conta as dificuldades do crescimento e por isso encara o estado estacionário sem qualquer espécie de aversão⁽²⁵⁾.

Confessa que não o encanta a ideia de que o estado normal dos seres humanos seja o de lutar permanentemente para se transformar num ser insignificante⁽²⁶⁾. Textualmente, não aceitava que «o espezinhar, o esmagar, o acotovelar, o dar pontapés nas canelas dos outros — tudo o que constitui a actual forma de vida —, seja a mais desejável das sortes reservadas ao género humano, ou que, simplesmente, tudo isso não represente senão os sintomas mais desagradáveis de uma das fases do progresso industrial»⁽²⁷⁾.

Neste sentido, J. S. Mill salienta que só nos países mais atrasados do mundo o aumento da produção continua a ser um objectivo importante, «enquanto nos mais avançados o que

(25) «I cannot, therefore, regard the stationary state of capital and wealth with the unaffected aversion so generally manifested towards it by political economists of the old school», J. S. Mill, *Principles*, ob. cit., p. 113. (N. do T.)

(26) J. S. Mill, ao contrário dos autores que o antecederam, tem do estado estacionário uma visão que podemos considerar moderadamente optimista: «Os economistas não puderam deixar de ver, mais ou menos distintamente, que o aumento da riqueza não pode ser ilimitado; que no fim do que chamamos estado progressivo está o estado estacionário, que todo o progresso da riqueza não faz mais que adiá-lo, e que cada passo em frente que se dá dele nos aproxima.» (*Principles*, ob. cit., p. 111.) Mas logo à frente assinalava que «para a natureza humana o melhor estado é aquele em que, embora ninguém seja pobre, ninguém deseja ser rico, nem tem qualquer razão para recear ser empurrado para trás pelos esforços dos outros de se guindarem a uma boa posição.» (*Principles*, ob. cit., p. 114.) (N. do T.)

(27) *Ibidem*, p. 113.

é economicamente importante é uma melhor distribuição, para o que o mais indispensável dos meios consiste num controlo mais apertado da população»⁽²⁸⁾.

No entanto, o objectivo de acabar com a luta quotidiana ao longo de toda a vida e o propósito de redistribuir e igualizar não são as únicas vantagens que Mill aprecia no estado estacionário. Existe uma terceira razão que muitos não hesitam em qualificar como «a mais moderna», já que se encadeia com toda uma óptica de valores estéticos e também — implicitamente — ecológicos. É o que pode ver-se claramente na última selecção de parágrafos que transcrevemos do grande economista: «Sem dúvida que no mundo, inclusive nos velhos países, existe espaço para um grande aumento da população ... Vejo, no entanto, muito poucas razões para o desejar. A densidade populacional necessária para permitir à Humanidade obter, no mais alto grau, todas as vantagens, tanto da cooperação como do intercâmbio social, já foi alcançada nos países mais populosos. Uma população pode tornar-se excessiva mesmo quando bem alimentada e vestida. Um mundo do qual a solidão tenha sido banida constituiria um ideal bem pobre. A solidão, no sentido de estarmos sós com frequência, é essencial para qualquer nível de meditação ou de carácter; a solidão, na presença da beleza e da grandiosidade da Natureza, é o berço dos pensamentos e das aspirações, benéficas não só para o indivíduo mas também para a sociedade que sem eles não poderia passar. Tampouco seria para estarmos satisfeitos, contemplar um dia um mundo no qual nada ficasse livre para a actividade espontânea da Natureza; a terra cultivada até ao último torrão ... todas as terras aradas ou transformadas em pastos ... com todos os quadrúpedes ou pássaros que o homem não é capaz de domesticar exterminados em proveito dos seus rivais para a alimentação ... Se a terra tem de perder essa grande porção do que nela é agradável, o que é devido às coisas que o crescimento ilimitado da riqueza e da população teve de lhe arrancar para poder suportar uma população maior, mas não melhor ou mais feliz, espero sinceramente, em prol da prosperidade, que nos contentemos com ser estacionários, muito antes que a necessidade nos obrigue a isso.»⁽²⁹⁾

(28) *Ibidem*, p. 115.

(29) *Ibidem*, p. 116.

Na realidade, encontramos nas palavras de Mill uma sequência de grandeza mental, de previsões a muito longo prazo. Com ele, parece-me que fica encerrada a parte substancial da primeira fase do grande debate. A seguir a discussão vai fazer-se noutras circunstâncias — ou da crise económica ou da crise ecológica global. Já não vai ser — sobretudo na etapa actual — uma polémica serena entre filósofos dirigindo-se a minorias mais ou menos bem alimentadas. Pelo contrário, vai tratar-se de uma controvérsia bem amarga na qual não se tem hesitado em recorrer a toda a série de informações, hipóteses, encobrimentos e exageros.

CAPÍTULO 2

O RETOMAR DA POLÉMICA: HANSEN, KEYNES E SCHUMPETER

2.1. A grande depressão. Keynes «versus» Hansen

Na realidade, seguir a polémica sobre os limites do crescimento — e o que ela implica enquanto organização da sociedade — seria algo realmente infundável se quiséssemos entrar em todos os detalhes. Especialmente se tivermos em conta que as suas origens podem encontrar-se nos tempos mais remotos (por exemplo, Platão com o seu diálogo sobre «A República»), como salientou Alfred Sauvy ⁽¹⁾. Por isso me limitei ao retomar da polémica na sua fase moderna (Smith, Malthus, Ricardo, Mill e Marx), para depois abstrair de uma série de protagonistas da grande discussão que entrou pelo nosso século dentro.

Se se me desculpar este grande lapso, poderíamos retomar o nosso percurso nos anos 30, durante a Grande Depressão, quando foram formuladas uma série de teses sobre a estagnação com a qual, por essa altura, se debatia a economia capitalista.

Com a depressão iniciada em 1929 parecia que o capitalismo tinha entrado numa fase de travagem definitiva, perspectivando-se mesmo a possibilidade de desaparecimento ou de colapso do próprio sistema ⁽²⁾. Ressurgiu assim a tese de J. S.

⁽¹⁾ No seu livro *Croissance Zero?*, Calmann-Levy, Paris, 1973, especialmente pp. 15 a 20.

⁽²⁾ São desta época livros como o de John Strachey, *The Coming Struggle for Power*, Victor Gollancz, 4.ª edição, Londres, 1934, onde se afirmava (p. 8) que «todo o mundo capitalista se encontra a caminho

Mill — explicitamente reformulada por Alvin Hansen — do «estado estacionário» (3). A falta de oportunidades de lucro — vinha dizer Hansen — induziu uma grave escassez de investimentos, com a qual a estagnação tendia a converter-se num fenómeno permanente de longo prazo. Tese frente à qual o que hoje apelidamos de revolução keynesiana surgiu como uma réplica de esperança pela sobrevivência do capitalismo.

John Maynard Keynes não aceitava o estado estacionário da depressão. O impasse podia romper-se através das despesas públicas, das políticas monetária e fiscal e de outros instrumentos para estimular o investimento e o emprego. Apesar de tudo, ao considerar a posição de J. M. Keynes, devemos fazer uma distinção entre as atitudes que toma em relação ao curto e ao longo prazo.

A curto prazo, preocupava-o não «o demónio malthusiano» do crescimento da população (demónio P), mas «o aumento do desemprego» (demónio U, de *unemployment*) (4). Pelo contrário, a longo prazo, Keynes também acreditava na inevitabilidade de um estado estacionário que, em sua opinião, não seria atingido nos próximos cem anos (5), no qual o homem se teria de enfrentar «com o problema real e permanente que é o de como usar a liberdade para superar as dificuldades económicas prementes, como ocupar os tempos livres que a ciência e o juro composto lhe proporcionavam para viver sabiamente de forma agradável e bem».

Keynes terminava as suas reflexões num tom profético: «Seremos capazes de nos desprendermos de muitos dos prin-

da barbárie». Pela mesma altura Arthur Salter (em *The Second Effort*, G. Bell and Son, Londres, 1934, p. 180, dizia: «Os defeitos do capitalismo têm vindo a privar-nos dos seus benefícios. Na actualidade estão mesmo a ameaçar a sua própria existência.»

(3) A. Hansen, *Full Recovery or Stagnation*, N. Iorque, 1938. Do mesmo autor, «Economic progress and declining population growth», in *American Economic Review*, Março de 1939; existe uma versão espanhola no volume *Ensaio sobre o Ciclo Económico*, seleccionados por Gotfried Haberler, 2.ª ed., FCE, México, 1956, pp. 379 a 397.

(4) J. M. Keynes, «Some economic consequences of a declining population», *Eugenics Review*, Abril de 1937, citado por K. L. R. Pavitt in «Malthus and other economists. Some doomday revisites», incluído na obra colectiva *Thinking about the Future*, Chatto and Windus, Londres, 1973, p. 146.

(5) Estávamos então no fim da década de 30. (N. do T.)

cípios pseudomoraes que nos limitaram durante duzentos anos ... O amor ao dinheiro como coisa possuída — diferente do amor ao dinheiro como meio que nos permite viver e gozar a vida — será reconhecido como o que realmente é, algo de mórbido e bastante desprezível». E após se referir superficialmente a uma série de princípios religiosos e virtudes tradicionais que hoje podiam estar de novo em vigor (a consideração da avareza como um vício, da usura como uma aberração, a obsessão pelo delito como qualquer coisa de detestável, etc.), e depois de sublinhar que a evolução para essas atitudes seria gradual, Keynes fixava-se nas questões instrumentais. Chegava assim à conclusão de que «o ritmo segundo o qual podemos alcançar o nosso destino de bem-aventurança económica será determinado por quatro elementos: capacidade para poder controlar a população, determinação para evitar a guerra e as dissensões civis, vontade de confiar à ciência a direcção dos assuntos que a ela estão estritamente cometidos e o tipo de acumulação que seja fixado como margem entre a produção e o consumo ...» (6).

2.2. Schumpeter e o socialismo como sequela da depressão

Um tanto posterior no tempo, mas imerso nas sequelas da Grande Depressão, situa-se o ponto de vista de *Joseph Schumpeter* sobre o futuro de uma sociedade com mais tempos livres e menos pressão dos problemas económicos; uma previsão menos optimista que a de longo prazo de J. M. Keynes.

Assim o salientava K. L. R. Pavitt (7) ao referir-se à «sentença» do grande economista austríaco quando afirmava que «a melhoria secular da educação, que se considera um pressuposto garantido, acompanhado pela insegurança individual ... é, desde logo, a melhor forma para criar a agitação social» (8). Segundo Schumpeter, com o prosseguimento das

(6) J. M. Keynes, «Economic possibilities for our grandchildren», in *Essays on Persuasion*, Macmillan, Londres, 1931, pp. 358 a 373.

(7) K. L. R. Pavitt, «Malthus and other economists ...», *ob. cit.*, p. 150.

(8) J. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, 4.ª edição, Allen and Unwin, Londres, 1954, p. 155. Embora exista uma tradução brasileira desta obra de Schumpeter, a versão mais utilizada no nosso país

tensões provocadas pela insegurança individual, os intelectuais deveriam vir a desempenhar um papel-chave no explorar dessa agitação. Schumpeter considerava intelectuais as pessoas que utilizam a palavra escrita ou falada, «mas que se diferenciam doutros escritores ou oradores pelo simples facto de não assumirem qualquer responsabilidade directa no que diz respeito às questões práticas»⁽⁹⁾. A confirmá-lo — prosseguia Schumpeter —, teríamos a expansão vigorosa do aparelho educativo, visível sobretudo nos níveis superiores, evidente nos últimos estádios do desenvolvimento capitalista. Este facto aumentaria o desemprego e o subemprego entre os indivíduos com formação superior, que desta forma se converteriam num 'exército' de intelectuais. Agudizar-se-ia, portanto, o processo de crítica social, fruto do descontentamento que se transforma em ressentimento, atitude típica do espectador intelectual perante os homens, as classes e as instituições ... Daí que a hostilidade do grupo intelectual — que ascende até à recusa moral da ordem capitalista — seja uma questão e outra diferente seja a atmosfera de hostilidade generalizada que rodeia o capitalismo. Esta última, que constitui um fenómeno realmente significativo, não é simplesmente um resultado da oposição dos intelectuais, mas é gerada em parte por causas independentes ...»⁽¹⁰⁾.

Estas passagens de Schumpeter são de uma crueza, de uma profundidade analítica e de uma capacidade de previsão

é, sem dúvida, a versão francesa *Capitalisme Socialisme et Democratie*, Petite Bibliothèque Payot, Paris, 1965. É a esta versão que se referem as notas do tradutor que a seguir se intercalam. (N. do T.)

⁽⁹⁾ Schumpeter é bastante cáustico em relação a este tipo de «intelectuais» e muito pessimista quanto ao que considera a permissividade do capitalismo. «Esta última característica — acentua Schumpeter referindo-se ao facto de os intelectuais não assumirem responsabilidades nas questões práticas — explica uma outra: em geral, o intelectual não possui qualquer espécie de conhecimento em primeira mão porque esse só pode ser fornecido pela experiência. Uma terceira característica consiste na atitude crítica do intelectual, determinada simultaneamente pela sua posição de observador [...] e pelo facto de a melhor forma que tem para se impor radicando nas perplexidades que suscita ou pode vir a suscitar.» (*Capitalisme ...*, ob. cit., p. 205.) Quanto ao que acima chamámos permissividade do capitalismo, atente-se na seguinte passagem: «... no caso do capitalismo, uma circunstância suplementar deve ser considerada: distinguindo-se de qualquer outro tipo de sociedade, o capitalismo, em função da lógica da sua própria civilização, tem por efeito inevitável subvencionar os profissionais da agitação social.» (*Ibidem*, p. 204.) (N. do T.)

⁽¹⁰⁾ *Idem*, ob. cit., versão inglesa, p. 143.

realmente impressionantes, sobretudo se tivermos em conta que a primeira edição de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* foi publicada em 1943. Não teria sido exactamente esse o papel de Sartre, Marcuse e Chomsky e de tantos outros intelectuais quando se dirigiam às massas universitárias insatisfeitas? Na realidade, o seu papel consistiu em racionalizar essa insatisfação, embora com resultados efectivos bastante limitados, nomeadamente quando comparados com os obtidos pelos verdadeiros agentes da transformação como Mao, Ho-Chi-Minh, Fidel, etc.

No fim, para Schumpeter, o socialismo chegaria, não pela mão dos intelectuais, mas através de um processo de burocratização gradual ou por obra e graça da mais pitoresca das revoluções⁽¹¹⁾.

2.3. À margem da depressão: o socialismo como crescimento sem limites

Após a visão ocidental dos limites do crescimento na fase da Grande Depressão, devemos fazer uma referência à atitude dos países socialistas durante esse período e concretamente à URSS. Era o tempo dos primeiros planos quinquenais, configurados como projectos para a construção de uma nova economia e de uma nova sociedade sem classes, dotada de possibilidades ilimitadas de crescimento, feita com base nos grandes recursos do imenso espaço do antigo império czarista, pondo em tensão todas as forças criadoras do novo sistema socialista recém-chegado à História.

Nesta fase inicial do socialismo, com todas as aberrações que depois se puderam apreciar ao criticar o estalinismo, a lógica do crescimento acelerado era indubitável: crescer ou morrer; ou o socialismo ainda que fosse (ou porque historicamente era assim) num só país ou renunciar à resistência aos embates do capitalismo. Doutro modo, o perigo de perecer era mais que evidente. Como veremos adiante, o crescimento actual e futuro nos países socialistas é uma questão bem diferente.

⁽¹¹⁾ *Ibidem*, p. 167.

CAPÍTULO 3

A POLÉMICA NOS SEUS TERMOS ACTUAIS OS CAPITALISTAS MAIS EXPANSIVOS

3.1. Uma tentativa de classificação

Foi após a sequência «Grande Depressão / Segunda Guerra Mundial / reconstrução económica / guerra fria» que a polémica sobre os limites do crescimento surgiu com toda a sua força e se difundiu a vários níveis, sobretudo nos países mais desenvolvidos. A este facto não é certamente estranho o impulso importante que os estudos de prospectiva receberam já nos meados da década de 60 ⁽¹⁾.

No que se segue, passaremos em revista as teses enunciadas nos últimos anos por toda uma série de autores. Sem pretensões valorativas, classifico-os por ordem decrescente quanto ao seu expansionismo, quer dizer, segundo a sua posição no amplo espectro que vai desde o «crescimento sem limites» até ao «crescimento zero» ⁽²⁾:

⁽¹⁾ Sobre estas questões do crescimento a longo prazo tive ocasião de a elas me referir, duma forma muito geral, no artigo «1985, Assim Pode Ser a Espanha», que publiquei nos números 800 e 801 da *Actualidad Económica*, de 14 e 21 de Julho de 1973.

⁽²⁾ Não se trata na realidade de uma tentativa para resolver através de uma classificação linear, como num contínuo, a multidão de matizes que podem apreciar-se nas diferentes opiniões. Tal como foi salientado por Amando de Miguel no «Seminário sobre os Grandes Dilemas do Meio Ambiente», teria de dar-se entrada a dois, três ou mais elementos para encarar com alguma precisão cada ponto de vista sobre o tema. Creio que esta apreciação é acertada, já que, depois de reflectir, me parece que,

1. Os capitalistas mais expansionistas: C. Clark, W. W. Rostow e H. Kahn.
2. Os comunistas e socialistas mais desenvolvimentistas.
3. Expansionistas com tendência para a reestruturação do modelo actual. A «escola francesa»: Sauvy, D'Iribarne e outros.
4. A consideração dos problemas ecológicos na óptica da economia mista: P. A. Samuelson e Jan Tinbergen.
5. A ênfase colocada na conservação da natureza e nos problemas supranacionais.
6. Dois economistas radicais: K. Boulding e R. Heilbroner.
7. Construção de uma utopia razoável. A outra escola francesa: os casos de René Dumont e Roger Garaudy.
8. Os limites do crescimento perante a ameaça global do esgotamento progressivo dos recursos e a degradação do meio: os relatórios para o Clube de Roma.
9. Partidários explícitos do crescimento zero.

Dedicarei um certo espaço aos nove grupos enunciados, representados pelos seus protagonistas fundamentais, não sem antes insistir no carácter não exaustivo nem em relação aos grupos nem ao conteúdo de cada um deles. E no final do livro exporei algumas últimas reflexões.

3.2. As etapas do crescimento de Rostow: um caminho de imperfeição?

Entre os autores capitalistas e de visão mais expansiva há que citar em primeiro lugar Walt Whitman Rostow, historiador e economista norte-americano, mundialmente conhecido pela sua teoria sobre «as etapas do crescimento económico»⁽³⁾.

No livro que tem exactamente esse nome, Rostow propõe-se classificar as diferentes sociedades, segundo a posição

em vez de uma tentativa taxonómica com pretensões de grande rigor, o que agora nos interessa é descortinar as diferentes posições a partir de um pressuposto menos rígido.

⁽³⁾ *The Stages of Economic Growth*, publicado pela primeira vez em 1952. A 2.ª edição, da W. W. Norton and Company, Nova Iorque, é de 1962. Desta obra existe pelo menos uma versão portuguesa da responsabilidade da Zahar Editores, Rio de Janeiro.

que ocupam no processo do crescimento económico, nas seguintes etapas: sociedade tradicional, condições prévias para o arranque, arranque (*take-off*), caminho para a maturidade e era do consumo de massa. Teoricamente, cada país, num dado momento, encontra-se numa destas etapas e todos os países que aspiram a crescer têm de passar mais ou menos nitidamente por cada uma delas.

Se adoptássemos, sem mais, o esquema de Rostow — e deixássemos de lado o complexo problema do dualismo existente em qualquer sociedade capitalista —, poderíamos dizer, a título de exemplo, que o Nepal se encontra hoje na fase da sociedade tradicional, o México se acha nas condições prévias para o arranque, a Itália no arranque já avançado, a França a caminho da maturidade, enquanto os Estados Unidos vivem na era do alto consumo de massa.

Esquematisando ao máximo, a visão de W. W. Rostow leva-nos a pensar que cada país teria de «esperar pela sua vez», ou de uma forma mais dinâmica, como se não tivesse outro remédio senão «ir saltando as valas» de uma etapa para outra, para por fim alcançar a era do grande consumo de massa. Para além de esta tese ignorar a limitação, que não pode ser passada em claro, dos recursos, e portanto a impossibilidade material de todos chegarem a desfrutar de um consumo no estilo do dos Estados Unidos (com todas as contradições que esta questão pode apresentar a nível mundial), o certo é que os próprios países que se encontram no último estágio do esquema se debatem, mesmo assim, com não poucos problemas. No termo do «caminho da perfeição», a perfeição afinal não existe.

Na fase final do processo, a sociedade urbaniza-se até limites anteriormente inconcebíveis. As indústrias mais prósperas são as que satisfazem o consumo massivo de bens duradouros. O pujante sector terciário chega a ultrapassar em percentagem de população activa a dos outros grandes sectores. A sociedade motoriza-se fora e dentro das casas de habitação grandemente melhoradas, e no que se refere à semana de trabalho, já reduzida a cinco dias, começa a prever-se uma nova redução que proporcione três dias de ócio, que já não são propriamente de descanso.

Segundo Rostow, na sociedade de grande consumo de massa começa a interrogar-se sobre o que fazer no futuro: aumentar

o consumo?, ampliar a dimensão da família, como só sucedeu transitoriamente nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial? Ou pura e simplesmente dedicar mais tempo ao divertimento e ao aumento da cultura pessoal? Estamos, de certo modo, perante as mesmas opções da terceira geração dos heróis de Thomas Mann em *Os Buddenbrook*, depois dos seus antecessores terem saboreado o gosto da riqueza e do poder.

É claro que, paralelamente ao aparecimento dessa sociedade de consumo de massa (a «sociedade opulenta» a que se referiram Galbraith e Myrdal com todas as suas sequelas de corrupção pública, vício, crime, abandono dos serviços colectivos, indisciplina social generalizada, falta de ideais comuns, egoísmo individual, etc.), noutros países sentem-se, mais claramente do que nunca, as dificuldades para o desenvolvimento. Poder-se-ia então pensar, não sem uma certa dose de ingenuidade, que o homem desenvolvido, farto de guerra, poder e riqueza, cansado da sociedade opulenta, talvez pudesse decidir-se a ajudar de forma decisiva o seu irmão prostrado pela ignorância, pela doença e pela pobreza. Proposta que já foi preconizada na UNCTAD, desde 1964 em Genebra, a 1976 em Nairobi, passando por Nova Deli em 1968 e Santiago do Chile em 1974, até agora sem nenhum êxito espectacular.

Essa sociedade humanista a nível mundial — que poderia pôr um verdadeiro fim à pré-história inumana da Humanidade — seria talvez a última e desejável etapa do crescimento económico, não prevista no esquema rostowiano, no qual, por outro lado, não são analisadas as passagens de uma fase para outra com a perspectiva dialéctica que seria necessária. O modelo é sugestivo; no entanto, os homens dos países menos desenvolvidos (PMD) não podem esperar que a cadência da passagem da sociedade tradicional até ao consumo de massa se cumpra parcimoniosamente segundo uma espécie de esquema de inspiração sobrenatural. Daí que na nossa época de aceleração os povos dos países menos desenvolvidos e as classes sociais menos favorecidas — ou simplesmente aqueles que estão fartos da sociedade de consumo e da sua hipócrita falta de solidariedade humana — não possam «sentar-se à porta de casa a ver passar o cadáver do amigo».

Neste sentido, é verdade que nos grandes países industrializados existe uma «quinta coluna» — muitos dos estudantes, boa parte dos intelectuais, as massas partidárias da paz e

contrárias a todas as formas de segregação ou racismo — favorável à mudança. Trata-se de um grande e novo efectivo progressista, distinto da tradicional força das classes trabalhadoras, que em boa parte, seria estúpido negá-lo, se integraram já no sistema. No entanto, também é verdade que essa «quinta coluna», objecto de interessantes análises feitas por pessoas tão díspares como Marcuse, Sartre e Chomsky, provavelmente não será capaz por si só de materializar o embrião de socialismo que o próprio capitalismo comporta desde a origem para pôr em marcha um desenvolvimento integral à escala universal. É, no entanto, possível que, aliada a uma parte importante das forças trabalhadoras e com os desfavorecidos do Terceiro Mundo, possa chegar a ser um dos artifices da «nova aurora».

Também é preciso observar que, na estrutura económica internacional do nosso tempo, se podem apreciar alguns sintomas da possibilidade de poder quebrar a dicotomia, que nos parecia «eternamente desfavorável», entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A crise energética e de matérias-primas iniciada em 1973 gerou novas situações de transferência de recursos financeiros dos primeiros para os segundos por valores inimagináveis poucos anos antes.

Daí que os desenvolvidos, que durante decénios se negaram a prestar ajuda aos subdesenvolvidos, se vejam agora, admiravelmente, obrigados a «concedê-la» sob a forma de pagamento de altos preços pelas matérias-primas e recursos energéticos. Deixe-se desde já bem claro (e não vamos aqui entrar agora nesta questão) que coisa distinta é se os países subdesenvolvidos e os seus governos geralmente oligárquicos utilizam esses ingentes fundos financeiros no desenvolvimento integral dos seus países, ou se, pelo contrário, os devolvem, pelo menos numa parte importante, para os próprios desenvolvidos através de investimentos estéreis em armamento ou mediante operações mais ou menos especulativas (*).

(*) Note-se que na altura em que traduzimos estas passagens, aquele que foi porventura o mais importante instrumento de «transferência de recursos financeiros» dos países industrializados para os menos desenvolvidos, a OPEP, se encontra à beira da ruptura, minado por contradições que parecem ser estruturalmente insanáveis. (N. do T.)

3.3. As expectativas futuristas de Colin Clark

Como se recordará, também colocámos Colin Clark no grupo dos capitalistas desenvolvimentistas sem limites. A visão de Clark é muito menos sistemática que a de Rostow, diríamos mesmo mais despreocupadamente optimista, até cair nas sequelas da prospectiva, quer dizer, na ciência-ficção, que neste caso seria melhor denominar de ficção pseudocientífica.

No seu livro *Abundância e Fome* ⁽⁶⁾, C. Clark prevê possibilidades ilimitadas de população no nosso planeta, de forma que se construiriam «palácios flutuantes no alto mar, o que libertaria mais terra para a agricultura...»; e o mesmo sucederia «se as pessoas aceitassem ir viver para zonas de clima frio, onde o sacrificio de terra arável teria menos importância que nas terras quentes», chegando a propor inclusivamente o povoamento da Gronelândia.

Mesmo que aceitássemos que umas centenas de milhares de pessoas quisessem habitar nessas latitudes, a proposta de Colin Clark parece-nos não ter sentido. Recordemos as reflexões finais de J. S. Mill recolhidas em 1.5, para não necessitarmos de fazer mais críticas a uma posição tão «optimista».

3.4. O crescimento exponencial dos Kahn e Wiener

Nos Estados Unidos, entre os desenvolvimentos há que destacar a posição, também de crescimento sem limites, do *Hudson Institut*, e fundamentalmente de Herman Kahn e Anthony Wiener, autores de dois livros célebres (*O Ano 2000* e *A Caminho do Ano 2000*), já traduzidos em espanhol ⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ Citamos a versão francesa do seu livro *Abundance et Famine*, Stock, Paris, 1971, p. 17. Colin Clark tornou-se conhecido no mundo dos economistas pelo seu livro *The Conditions of Economic Progress*, cuja primeira edição é de 1940. A terceira, de 1957 (Oxford Economic Press, London), continua a ser uma tentativa de medir em termos reais o Rendimento Nacional numa grande série de países, fazendo comparações entre eles e inclusivamente com o mundo da antiguidade. Existe uma tradução espanhola: *Las Condiciones del Progreso Económico*, 2 vols., Alianza Editorial, Madrid, 1970.

⁽⁶⁾ Herman Kahn e Anthony Wiener, *The Year 2000*, *Revista de Occidente*, Madrid, 1967. Dos mesmos autores e outros, *Hacia el Año 2000*,

Em *O Ano 2000*, Kahn e Wiener, seguindo parcialmente W. W. Rostow, e para fazer a prospecção dos crescimentos futuros, estabeleceram cinco categorias de países segundo os intervalos dos rendimentos *per capita* (em dólares dos Estados Unidos de 1964), nos quais cada um dos países poderia encontrar-se nos finais do actual milénio. Essas categorias eram as seguintes:

1. Pré-industrial: 50 a 200 dólares *per capita*.
2. Industrialização parcial ou de transição: 200 a 600.
3. Industrial: 600 a 1500.
4. Consumo em massa ou industrial avançado: de cerca de 1500 dólares a qualquer coisa como 4000 dólares *per capita*.
5. Pós-industrial: algo acima dos 4000 dólares, até talvez uns 20 000 dólares *per capita*.

A metodologia prospectiva empregada por Kahn e Wiener foi, pelo menos até ao momento do aparecimento da obra (1967), a mais completa em termos de processo de informação. A análise das tendências foi feita com base em treze variáveis, entre elas a população, a institucionalização da mudança, a institucionalização da investigação, a alfabetização, a educação, etc. Mas talvez o mais interessante ainda seja o facto de terem estudado as possibilidades de crescimento com base em três hipóteses diferentes.

A hipótese de «mundo normal» corresponderia um tipo de crescimento que iria permitir que no ano 2000 todos os países, menos alguns situados na categoria pré-industrial, fossem avançando até se situarem na escala pela forma como se ilustra no quadro número 1.

A segunda hipótese, de guerra nuclear, não pode ser logicamente quantificável, e a terceira (o mundo a braços com

Kairos, Barcelona, 1967. Do primeiro dos livros referidos existe uma tradução portuguesa de Raul de Polillo, *O Ano 2000*, para as Edições Melhoramentos, São Paulo. Na mesma linha de análise, podemos dispor em português de uma outra obra de Herman Kahn, William Brown e Leon Martel intitulada *Os Próximos 200 Anos*, tradução de Maria da Madre de Deus Pimenta de Souza e Rodrigo Machado para a Editora Ulisseia, Lisboa.

uma forte crise económica) também não foi objecto de quantificação, embora Kahn e Wiener tivessem feito uma série de reflexões, entre as quais incluíram uma muito conhecida, por que pitoresca, relativa à Espanha (*).

A crítica que tem sido feita e que nós fazemos ao grupo do «Ano 2000» é muito simples. Mesmo considerando um número importante de variáveis, Kahn e Wiener limitaram-se a extrapolar as tendências do passado, sem considerar que o crescimento exponencial e mesmo superexponencial em alguns países industriais (por exemplo o Japão durante os anos de 50-60) conduz, no limite, a resultados «teóricos» literalmente absurdos.

Fixemos, por exemplo, que o crescimento cumulativo de 5 por 100 conduziria, a partir da base 1965 = 100, a um volume de PNB de 552 no ano 2000 e a 6325 no ano 2050. Da mesma forma que se fixarmos uma taxa de crescimento de 7 por 100 se chegaria a 1067 e a 31 449, respectivamente, nos anos 2000 e 2050. Que sucederia se em vez de aplicar esses ritmos de crescimento «europeus» introduzíssemos a taxa japonesa de 12 por 100 (média alcançada pelos Japoneses nos anos 60)? Os resultados seriam simplesmente alucinantes: com a base 100 em 1965 alcançar-se-ia um PNB de 5913 no ano 2000 e de 1 709 028 em 2050. Trata-se, portanto, por simples redução ao absurdo, de qualquer coisa de impossível, pois isso significaria que no ano 2000 o Japão deveria ter um PNB à volta dos 6 000 000 de milhões de dólares de 1964. Qualquer coisa como cinco vezes o PNB dos Estados Unidos em 1973. Quem pode acreditar nisto? De onde surgiriam as matérias-primas e os recursos energéticos para tornar possível um tão monstruoso Japão? Como conseguiria este país desfazer-se da sua produção industrial?

Em definitivo, e como depois teremos ocasião de reiterar, nos seus primeiros estudos, o grupo do Ano 2000 caiu na euforia das extrapolações exponenciais, sem ter em conta algo de tão simples como que o crescimento infinito é impossível num mundo finito.

(*) O Ano 2000, ob. cit.

QUADRO N.º 1

DISTRIBUIÇÃO DOS PAÍSES E DA POPULAÇÃO POR CATEGORIAS ECONÓMICAS NO ANO 2000 (EM MILHÕES DE HABITANTES), SEGUNDO KAHN E WIENER

(5 bis) <i>Claramente na fase de pós-industrialização (20 000 \$ RPC)</i>		(3) <i>Totalmente industrializados (600-1500 \$ de RPC)</i>	
EUA	320	República da África do Sul ...	50
Japão	120	México, Uruguai, Chile, Cuba, Colômbia, Peru, Panamá, Jamaica, etc.	250
Canadá	35	Vietname N., Vietname S., Tailândia, Filipinas	250
Escandinávia e Suíça	30	Turquia	75
França, RFA e Benelux	160	Líbano, Iraque, Irão	75
	665		700
(5) <i>Primeira etapa da fase de pós-industrialização (4000-30 000 \$ de RPC)</i>		(2) <i>Grandes e parcialmente industrializados (200-600 \$ RPC)</i>	
Reino Unido	55	Brasil	210
URSS	350	Paquistão	250
Itália e Austrália	70	China	1300
RDA e Checoslováquia	35	Índia	950
Israel	5	Indonésia	240
Austrália e N. Zelândia	25	RAU	70
	540	Nigéria	160
			3180
(4) <i>Fase de consumo de massa (1500-4000 \$ de RPC)</i>		(1) <i>Em fase pré-industrial ou pouco e parcialmente industrializados (50-200 \$ RPC)</i>	
Espanha, PORTUGAL, Polónia, Jugoslávia, Chipre, Grécia, Bulgária, Hungria, Irlanda	180	Resto de África	350
Argentina, Venezuela	60	Resto do mundo árabe	100
Taiwan, Coreia N., Coreia S., Hong Kong, Malásia, Singapura	160	Resto da Ásia	300
	400	Resto da América Latina	100
			850

RPC = Rendimento per capita em US dólares de 1964.
FONTE: O Ano 2000.

3.5. A planificação indicativa como institucionalização frustrada do crescimento exponencial

Com uma diferença de grau que não é apenas qualitativa, pode dizer-se que os planos indicativos representaram na Europa Ocidental a institucionalização do desenvolvimento exponencial. Numa fase de alta conjuntura chegou a pensar-se que com o Plano o crescimento nunca chegaria a parar e assim se poderia dar satisfação a todos. No entanto, a realidade foi completamente outra. Como salientaram Jacques Attali e Marc Guillaume, na planificação indicativa as mitologias mais simples são as mais eficazes; no entanto só para efeitos publicitários, porque no fundo não podem resolver os graves problemas económicos e sociais que derivam da desigual distribuição da riqueza e do rendimento e da subsequente luta de classes. Assim sucedeu em França, onde o «modelo físico-financeiro» do VI Plano — o FIFI, como por contracção ficou conhecido — chegou a converter-se num falso oráculo. «O ordenador (outro mito da sociedade tecnocrática) fazia cálculos (o número de equações era a única garantia da sua segurança) e se os resultados eram decepcionantes, o FIFI que refizesse os cálculos, como naquela altura chegou a escrever a grande imprensa.»⁽⁸⁾

Perante estas e outras aproximações tecnocrático-económicas aos problemas de hoje, o que é certo é que a reacção teórica mais importante no campo da economia ocidental provém da *economia radical*, corrente de pensamento que se formalizou nos EUA em 1968 na Unión of Radical Political Economy (URPE), com sede na Universidade de Michigan, e que em 1974 já contava com 1500 membros. Tão rápida expansão do número de filiados só pode encontrar explicação na crítica generalizada à falta de objectivos convincentes para o crescimento capitalista, pela oposição à guerra do Vietname — na altura o cavalo de batalha dos progressistas —, pela aversão crescente ao tradicional *american way of life* e pela denúncia dos problemas ignorados pela oficializada ciência económica, os monopólios, a desigualdade, o sistema político dos EUA⁽⁹⁾, o centralismo burocrático, etc.

⁽⁸⁾ Em *El Antieconómico* (1974), versão espanhola, Labor, Barcelona, 1976, pp. 36 e seguintes.

⁽⁹⁾ A que Fustfeld, um dos mais conhecidos economistas radicais, chamou «democracia fascista».

CAPÍTULO 4 COMUNISTAS, SOCIALISTAS E DESENVOLVIMENTISTAS

4.1. De Lenine ao desenvolvimentismo

A tradição marxista no que respeita à preocupação pela Natureza, a que me referi no capítulo 1 ao comentar algumas passagens de Engels e Marx, teve uma influência clara sobre Lenine, influência que foi reforçada pelo estreito contacto que manteve com o meio natural durante o seu desterro na Sibéria. Dos primeiros tempos da revolução russa datam precisamente uma série de decretos do máximo interesse sobre a protecção das matas (1918) e a preservação tanto da caça como das águas e reservas naturais (1919). Nos anos que se seguiram à guerra civil, o novo regime soviético ditou uma grande série de normas sobre a tutela da fauna do mar Branco, a protecção dos parques naturais e das reservas piscícolas. Mais tarde, em 1924, foi criada a Sociedade Pan-Russa de Protecção da Natureza⁽¹⁾.

No entanto, não foi preciso deixar passar muito tempo para que todas estas primeiras tomadas de posição sofressem interferências ditadas pelas decisões de política de grande potência da URSS. Não é estranho, portanto, que o ponto de vista soviético⁽²⁾ sobre o crescimento futuro seja tão expansivo

⁽¹⁾ Biolat, T., *Marxisme et Environnement*, Editions Sociales, Paris, 1973, p. 66.

⁽²⁾ Se como tal podemos tomar a compilação de artigos contidos no livro *The Year 2017*, editado pela Agência de Imprensa Novosti, Moscovo, 1968, que inclui artigos de astronautas, académicos e jornalistas.